Parecer Jurídico

Interessado: Comissão de licitação

Assunto: Parecer jurídico Pregão eletrônico nº06/2024

1. Introdução

Este parecer tem como objetivo analisar a conformidade jurídica do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para contratação de empresa para eventuais e futuras aquisições de materiais e serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra para manutenção, reparos e instalação de luminárias e reatores, entre outros, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

2. Contexto

O Município de Ouro Verde/SC pretende realizar um pregão eletrônico para registro de preços de materiais e serviços necessários ao sistema de iluminação pública, permitindo a contratação de empresa para atender demandas de forma parcelada, conforme a necessidade.

]A Lei nº 14.133/2021 estabelece as diretrizes e procedimentos para a realização de licitações e contratações públicas, assegurando transparência, competitividade e economicidade.

3. Fundamentação Jurídica

Princípios da Nova Lei de Licitações

A Lei nº 14.133/2021 rege os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e competitividade (art. 5º). O edital deve estar em conformidade com esses princípios para garantir um processo licitatório justo e transparente.

Modalidade Pregão Eletrônico

O pregão eletrônico é uma modalidade licitatória destinada à aquisição de bens e serviços comuns, conforme art. 6º, inciso XXI da Lei nº 14.133/2021. A escolha desta modalidade é adequada, pois visa a contratação de materiais e serviços comuns relacionados à iluminação pública.

Registro de Preços

O sistema de registro de preços está regulamentado pelo art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação de bens e serviços para atendimento a diversas unidades administrativas, de forma não continuada, com preços registrados por um período de tempo determinado. Este sistema é ideal para atender às necessidades variáveis do município em relação à manutenção e reparo do sistema de iluminação pública.

4. Estrutura do Edital

Objeto da Licitação

O edital especifica claramente o objeto da licitação, que é a contratação de empresa para eventuais e futuras aquisições de materiais e serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, incluindo:

- Fornecimento de luminárias, reatores e demais materiais especificados no edital.
- Mão de obra para manutenção, reparos e instalação dos componentes de iluminação pública.

Justificativa da Contratação

A justificativa para a contratação inclui a necessidade de garantir a manutenção contínua e eficiente do sistema de iluminação pública, assegurando a segurança e o bem-estar dos cidadãos de Ouro Verde/SC.

Critérios de Julgamento

Os critérios de julgamento estão definidos com base no menor preço, conforme art. 33, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando uma seleção justa e competitiva.

Condições de Participação

As condições de participação estão claramente estabelecidas, incluindo a qualificação técnica e econômica das empresas, conforme art. 67 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de Vigência do Registro de Preços

O prazo de vigência do registro de preços está definido, sendo que conforme art. 82, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pode ser de até um ano, prorrogável por igual período.

Gestão do Contrato

Os mecanismos de gestão do contrato estão especificados, incluindo a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, conforme art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

5. Conclusão

O edital de pregão eletrônico para registro de preços de bens e serviços relacionados ao sistema de iluminação pública no Município de Ouro Verde/SC é juridicamente viável, haja vista que elaborado e conduzido em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. A utilização do sistema de registro de preços proporciona flexibilidade e economicidade, atendendo às necessidades variáveis do município.

Este parecer foi elaborado com base na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), visando assegurar a conformidade e a integridade do processo licitatório no Município de Ouro Verde/SC.

Ouro Verde/SC, 17 de julho de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
DAIANE KESSLER MARQUES
Data: 17/07/2024 11:32:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DAIANE KESSLER MARQUES
OAB/SC 38.674